ano 11 - n. 121 | PUBLICAÇÃO MENSAL
janeiro - 2012 | ISSN 1676-5826

FCGP

FÓRUM DE CONTRATAÇÃO
E GESTÃO PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DIRETA
ALIENAÇÃO
DISPENSA
INEXIGIBILIDADE

CONTRATOS

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

CONVÊNIOS

GESTÃO DE CONTRATOS

LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA
CONCURSO
CONVITE
LEILÃO
PREGÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS

ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESPONSABILIDADE FISCAL

TERCEIRIZAÇÃO

EDITORA Fórum

Sumário

DOUTRINA
Artigos

Responsabilidade do ordenador de despesas nas contratações administrativas
Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti 9

Gestão pública associativa: consensualidade e aperfeiçoamento social mediante a participação
Ciro di Benatti Galvão 24

Capacidade técnico-operacional: possibilidade de transferência de titularidade
Ítalo Mitre Alves de Lima 41

Lei Federal nº 12.349/2010: licitações, isonomia, margem de preferência e MERCOSUL
Bruno Santos Cunha 51

Do aditamento contratual quantitativo nos contratos públicos firmados sob o regime de empreitada global
Luiz Eugenio Scarpino Junior 57

Orientações Práticas em Gestão Pública

Pontuação e preferência para empresas com cotas sociais 71
Recebimento definitivo 71
Tomada de contas especial e interveniente em convênio 72

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA
Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça
Contrato administrativo de prestação de serviços financeiros e outras avenças – Rescisão do contrato por interesse público (art. 78, inciso XII, da Lei n. 8.666/1993) – Desnecessidade de prévio procedimento administrativo – Celebração de novo contrato com outra instituição financeira. Recurso Especial nº 1.223.306/PR 73

Tribunal de Contas da União
Contratação de serviços de TI – Irregularidades diversas – Improcedência parcial das justificativas dos responsáveis – Circunstâncias atenuantes – Comunicação aos órgãos superiores de governança de TI da Administração Pública Federal e determinações. Processo nº 022.804/2010-2 77

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Licitação – Serviços prestados – Retenção do pagamento pela não-comprovação da regularidade fiscal – Violação dos princípios da moralidade administrativa e legalidade – Dispositivo editalício
Apelação/Reexame Necessário nº 20090111255689 109

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Licitação – Sanção administrativa – Efeitos estendidos para todas as esferas da Administração – Legalidade
Agravo de Instrumento Cível nº 1.0110.11.001452-6/001 111

Ementário

Concessões e Permissões 115
Contratação Direta 115
Contratação Temporária 115
Contrato Administrativo 116
Controle Interno e Externo 117
Convênios e Consórcios 121
Licitação 121

Tendências Jurisprudenciais

Controle Interno e Externo 123

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 23)
Antônio Flávio de Oliveira 125

Sumário

LEGISLAÇÃO
Informativo de Legislação

Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. (DOU 19.01.2012) 131

ÍNDICE 135

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 137

ano 11 - n. 122 | PUBLICAÇÃO MENSAL
fevereiro - 2012 | ISSN 1676-5826

FCGP

FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DIRETA
ALIENAÇÃO
DISPENSA
INEXIGIBILIDADE

CONTRATOS

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

CONVÊNIOS

GESTÃO DE CONTRATOS

LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA
CONCURSO
CONVITE
LEILÃO
PREGÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS

ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESPONSABILIDADE FISCAL

TERCEIRIZAÇÃO

EDITORA Fórum

Sumário

DOUTRINA
Artigos

Declaração de nulidade dos contratos administrativos e de suspensão do pagamento de obras executadas e entregues: (im)possibilidade jurídica
Márcio Cammarosano, Georges Louis Hage Humbert 9

Panorama geral dos regimes de execução previstos no Regime Diferenciado de Contratações: a contratação integrada e seus reflexos
Augusto Neves Dal Pozzo 13

Responsabilidade do contratado na administração de compras, serviços e obras
Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti 22

Utilização de recursos destinados a despesas administrativas de convênios no custeio do pagamento de pessoal vinculado às entidades sem fins lucrativos
André Luís Vieira 50

O fato superveniente alegado como motivo para revogação de licitação
Thalita Bizerril Duleba Mendes 65

Orientações Práticas em Gestão Pública

Contratação e regime de empregados da empresa prestadora de serviços 73
Contratação de ex-presidiários 73

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA
Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal
ADIn – Criação da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná – Atribuições de assessoramento jurídico ao Poder Executivo e de representação judicial das autarquias – Arts. 5º, I, 37, II e XIII, 132 e 169, da CF, e art. 19, § 1º, do ADCT – Alegações de ofensa rejeitadas. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 484/PR 77

Tribunal de Contas da União
Representação – Pesquisa de preços e convite fictícios – Falhas na execução de projetos de pesquisa – Procedência – Multa aos responsáveis – Declaração de inidoneidade de empresa que participou da pesquisa de preços inidônea – Determinações e alertas. Processo nº 015.471/2006-0 91

Ementário

Concessão e Permissão 111
Contrato Administrativo 111
Controle Interno e Externo 111
Convênio e Consórcio 120
Licitação 121

Tendências Jurisprudenciais

Concessões e Permissões 123
Controle Interno e Externo 123

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 24)
Antônio Flávio de Oliveira 125

LEGISLAÇÃO
Informativo de Legislação 139

ÍNDICE 141

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 143